

# **ANÁLISE DA UTILIZAÇÃO DOS INDICADORES ESSENCIAIS DO GRI (G3) NOS RELATÓRIOS DAS EMPRESAS DOS SETORES DE PETRÓLEO, GÁS E BIOCOMBUSTÍVEL E DE UTILIDADE PÚBLICA NO BRASIL**

**SILVANA KARINA DE MELO TRAVASSOS**

Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas/ CESED  
silvanakmt@yahoo.com.br

**JOSÉ ISIDIO DE FREITAS COSTA**

Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco  
jisidio@tce.pe.gov.br

**WELTON EVARSTO DA SILVA**

Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas/ CESED  
welton-evaristo@hotmail.com

**MÔNICA DE LIMA ARAÚJO**

Facisa  
moolima@hotmail.com

**ELIANE DE SOUZA SANTANA**

Facisa  
elari-paulino@hotmail.com

# ANÁLISE DA UTILIZAÇÃO DOS INDICADORES ESSENCIAIS DO GRI (G3) NOS RELATÓRIOS DAS EMPRESAS DOS SETORES DE PETRÓLEO, GÁS E BIOCOMBUSTÍVEL E DE UTILIDADE PÚBLICA NO BRASIL

## 1 INTRODUÇÃO

A contabilidade é uma ciência que vem evoluindo ao longo do tempo para se adequar às mudanças de um cenário globalizado. As empresas participam de uma economia que apresenta sinais de colapso no segmento sustentável. Assim, para atenderem ao princípio da continuidade, elas precisam adotar postura proativa e inovadora diante dessa situação para que possam se ajustar ao meio em que estão inseridas de maneira econômico-social e ambientalmente estratégica e responsável.

Destarte, a contabilidade ambiental que tem como foco principal o desenvolvimento sustentável traz, através de relatórios de sustentabilidade, informações que podem propiciar às empresas conhecimentos estratégicos sobre os pontos fortes, fracos, oportunidades e riscos de atuar num mercado competitivo.

O relatório do *Global Reporting Initiative* (GRI) é constituído por um conjunto de princípios e indicadores de ordem econômica, social e ambiental com ênfase na transparência, qualidade e confiabilidade das informações divulgadas. Assim, este artigo verificou se as empresas brasileiras listadas na Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuro de São Paulo (BM&FBOVESPA) no setor petróleo, gás e biocombustível e de utilidade pública obtiveram os relatórios de sustentabilidade, segundo os padrões G3, que contempla o sumário de índice remissivo dos Indicadores do GRI.

A partir da observação deste estudo verificou-se que algumas empresas brasileiras vêm aderindo à utilização dos indicadores de Relatório de Sustentabilidade proposto pelo GRI, porém esta adesão está ocorrendo em diferentes níveis. A questão investigada no presente artigo estrutura-se da seguinte forma: ***qual o Grau de Aderência Plena e de Evidenciação Efetiva, nos relatórios do GRI, versão G3, das empresas dos setores de petróleo, gás e biocombustível e de utilidade pública no Brasil?***

Portanto, o objetivo deste artigo foi verificar o Grau de Aderência Plena e de Evidenciação Efetiva, das empresas dos setores no Brasil de petróleo, gás e biocombustível e de utilidade pública, por intermédio dos relatórios de sustentabilidade, elaborados pela versão G3 das Diretrizes do GRI.

Esta pesquisa deriva-se dos estudos de Siqueira (2003), Dias (2006), Carvalho (2007), Castro, Siqueira e Macedo (2009) e Nascimento, Pereira, Silva e Bellen (2011) em que se justifica o fortalecimento sobre o objeto de estudo, e ainda sob o enfoque contábil que, ao divulgar informações de natureza econômica, financeira e social, vem merecer atenção especial na discussão corporativa, constituindo-se em um dos instrumentos mais importantes dos quais os gestores dispõem para comunicar-se com o mercado em geral e com os investidores.

Para Moneva, Archel e Correa (2006) afirmam que no contexto geral, existem problemas na divulgação desses relatórios, tais como pouca transparência, baixa padronização, abrangência limitada das informações disponibilizadas, e dificuldade de comparabilidade entre os mesmos. Neste sentido, a fim de diminuir essas dificuldades, organizações nacionais e internacionais desenvolveram modelos de divulgação de relatórios. Surgiu assim o GRI com suas diretrizes e tendo como objetivo ajudar a organização na geração de relatórios, evidenciando o desempenho ambiental, social e econômico das empresas, aumentando a sua responsabilidade. Outra justificativa para esse estudo é que o GRI emerge de um processo de mudanças usando da contabilidade tradicional medidas para um regime mais sofisticado que tente ilustrar as relações econômicas e impactos – diretos e

indiretos – que a empresa tem com suas “partes interessadas”. Seus dados devem ser capazes de monitorar e avaliar os progressos da organização no sentido da sustentabilidade.

O artigo é constituído de cinco seções, iniciando com esta introdução; na próxima seção é apresentada a fundamentação teórica sobre o tema, enquanto que a terceira seção discorre sobre a metodologia utilizada nesta pesquisa, a quarta seção traz a análise e interpretação dos resultados e, na quinta seção são apresentadas as considerações finais deste trabalho.

## **2 GLOBAL REPORTING INITIATIVE (GRI)**

No ano de 1999 foi elaborada a primeira versão do relatório de GRI, sendo lançada apenas em junho de 2000. Depois de várias mudanças uma segunda versão foi elaborada no ano de 2002 e traduzida para o português em 2004 conforme Instituto Ethos Empresas e Responsabilidade Social (INSTITUTO *ETHOS*, 2007c). Em outubro de 2006, foi lançada a terceira geração das diretrizes pautada na sustentabilidade: a chamada G3. A elaboração dessa versão levou mais de dois anos em reuniões de trabalho e em processos de consulta, com a participação de mais de 4.000 pessoas de todo o mundo. A G3 foi concebida de modo a fortalecer os princípios para a elaboração de relatórios de sustentabilidade e conta com protocolos técnicos para todos os indicadores de desempenho (LUCENA; TRAVASSOS, 2009).

Em dezembro de 2006, a versão em português foi lançada no Brasil após um amplo trabalho que envolveu o Instituto *Ethos*, a Associação Brasileira de Comunicação Empresarial (ALBERGE) e o Centro de Estudos em sustentabilidade da Fundação Getúlio Vargas (GVCEs). De acordo com o Instituto *Ethos* (2007c), o lançamento do G3 representa uma grande evolução para os relatórios sustentáveis pela forma democrática de sua construção e pelo seu próprio aperfeiçoamento, pois a visão da GRI é que os relatórios de desempenho econômico, ambiental e social elaborado por todas as organizações sejam tão rotineiros e passíveis de comparação como são os relatórios financeiros.

O GRI elaborou as Diretrizes para Relatórios de Sustentabilidade baseadas num processo consensual a fim de criarem relatórios que possam alcançar aceitação mundial. Para isto, há a participação ativa de representantes da indústria, das áreas de contabilidade, investimento, ambiente, direitos humanos e organizações de trabalho de várias partes do mundo que enviam sugestões e comentários (GEE; SLATER, 2005, p. 30).

Essa visão vem sendo confirmada pelo desenvolvimento e melhora contínua em sua Estrutura de Relatórios de Sustentabilidade porque, além de criar competência para sua utilização, cujo componente essencial são as Diretrizes para Elaboração de Relatórios de Sustentabilidade, outros componentes da Estrutura de Relatórios vêm sendo aplicados, que são os chamados Suplementos Setoriais e os Protocolos. Desde a primeira versão, as diretrizes da GRI abordam os aspectos relacionados à sustentabilidade, que trata do equilíbrio entre os desempenhos econômico, social e ambiental, o chamado *triple bottom line* (GASPARINO, 2006, p.6).

De acordo com Vaz (2006), a G3 surgiu da necessidade de tornar os relatórios sociais mais consistentes, tendo em vista que muitas informações desconexas e irrelevantes são apresentadas nesses relatórios. Adiciona-se a este aspecto, a necessidade de tornar as diretrizes mais focadas no desempenho de seus indicadores e orientações mais claras para compilação dos dados (INSTITUTO *ETHOS*, 2007a, p. 15).

Outra novidade desta nova versão foi a substituição da declaração *in accordance*, constante da versão das Diretrizes da GRI de 2002, pelo conceito de Níveis de Aplicação da GRI, que é uma autoavaliação de até que ponto os elementos da Estrutura de Relatórios da GRI foram aplicados na elaboração do relatório de sustentabilidade (INSTITUTO *ETHOS*,

2007a, p. 20). Logo, para assegurar alto grau de qualidade técnica, credibilidade e relevância, a Estrutura de Relatórios de Sustentabilidade é desenvolvida e continuamente melhorada por meio de um intenso engajamento que envolve GRI *multistakeholder* organizações relatoras e especialistas que, juntos, desenvolvem e revisam o conteúdo da Estrutura de Relatórios (LUCENA; TRAVASSOS, 2009).

A dimensão econômica da sustentabilidade se refere aos impactos da organização sobre as condições econômicas de seus *stakeholders* e sobre os sistemas econômicos em nível local, nacional e global. Os indicadores econômicos ilustram: o fluxo de capital entre diferentes *stakeholders* e os principais impactos econômicos da organização sobre a sociedade como um todo (GRI, 2000- 2006, p.26).

A dimensão ambiental da sustentabilidade se refere aos impactos da organização sobre sistemas naturais vivos e não vivos, incluindo ecossistemas, terra, ar e água. Os indicadores ambientais abrangem o desempenho relacionado a insumos (como material, energia, água) e a produção (emissões, efluentes, resíduos). Além disso, abarcam o desempenho relativo à biodiversidade, à conformidade ambiental e outras informações relevantes, tais como gastos com meio ambiente e os impactos de produtos e serviços (GRI, 2000-2006, p.27).

A dimensão social da sustentabilidade se refere aos impactos da organização nos sistemas sociais nos quais opera (GRI, 2000-2006, p.30). Os indicadores de desempenho social da GRI são subdivididos em práticas trabalhistas, direitos humanos, sociedade e responsabilidade pelo produto.

Os indicadores de desempenho da GRI estão agrupados em três dimensões, sendo elas: econômica, ambiental e social, conforme demonstrado no Quadro 1.

<b>Dimensão Econômica</b>		
<b>Descritores</b>	<b>Indicadores</b>	
Consumidores	Venda líquida; e análise do mercado.	
Fornecedores	Custos das matérias-primas; e tipologia dos contratos	
Empregados	Total da folha de pagamento; e benefícios	
Investidores	Distribuição para investidores; e aumento/decréscimo em ganhos retirados no período.	
Setor Público	Impostos pagos, subsídios; e doações à comunidade	
<b>Dimensão Ambiental</b>		
<b>Descritores</b>	<b>Indicadores</b>	
Matéria-prima	Quantidade total utilizada por tipologia; e reaproveitamento	
Energia	Consumo direto por fonte; consumo indireto; utilização de fontes renováveis e consumo anual necessário para a utilização dos produtos; e serviços da empresa.	
Água	Consumo total de água; fontes de água e ecossistemas afetados pelo consumo; reutilização e remoção anual de água de superfície em relação à quantidade anual renovável de água disponível.	
Biodiversidade	Localização de terras e tamanho das mesmas em áreas de risco para o meio ambiente; principais impactos sobre a biodiversidade; quantidade de terras para atividades extrativistas; quantidade de superfície impermeável em relação ao total; impacto de atividades e operações sobre áreas protegidas ou sensíveis; e objetivos e programas para restaurar ecossistemas; e espécies nativas em áreas degradadas.	
Emissões, efluentes e resíduos	Uso e emissão de substâncias destruidoras do ozônio; emissões de NOx e SOx; quantidade total de resíduos por tipo e destino; descargas significativas na água; derramamento significativo de produtos químicos, óleos e combustíveis; outras emissões relevantes; produção, transporte, importação e exportação de quaisquer produtos considerados perigosos; e identificação das fontes de água (habitat ou ecossistemas) afetadas pela descarga ou escoamento de água.	
Fornecedores	Desempenho dos fornecedores em relação à questão ambiental.	
Produtos e serviços	Impactos ambientais dos produtos e serviços; e percentual recuperado do produto ao final da vida útil e percentual que poderia ser recuperado.	
<b>Práticas trabalhistas e</b>	<b>Dimensão Social</b>	
	<b>Descritores</b>	<b>Indicadores</b>
Emprego	Classificar a mão-de-obra (empregados ou não), tipo de emprego (temporário ou permanente) por região ou país; criação de emprego e rotatividade por região ou	

		país; e benefícios oferecidos aos empregados, além dos exigidos por lei.
	Trabalho / Relações de Administração	Percentual de empregados representados por organizações sindicais; política de consulta e envolvimento dos funcionários em assuntos relevantes da empresa; e provisão para representação formal de trabalhadores em tomada de decisão.
	Saúde e segurança	Práticas de registro de acidentes e doenças ocupacionais; descrição de comitês formais de saúde e segurança; lesões típicas; dias perdidos, índice de absenteísmo e número de óbitos relacionados ao trabalho; políticas e programas e relação ao HIV/AIDS; e evidências de conformidade com as Diretrizes sobre Sistemas de Gestão de Segurança e Saúde no Trabalho; Acordos formais com sindicatos envolvendo questões de saúde e segurança, promoção de empregados amparados por esses acordos.
	Treinamento e educação	Média de horas de treinamento por ano, por empregado e por categoria; programas para manutenção da empregabilidade e para gerenciar fins de carreira; e políticas e programas específicos para gestão de habilidades ou aprendizado para toda a vida.
	Diversidade e oportunidades	Políticas e programas de iguais oportunidades e sistemas de monitoramento para garantir o seu cumprimento; composição do comitê responsável pela governança corporativa (proporção homem e mulher, e outros indicadores de diversidade cultural e étnica).
<b>Direitos Humanos</b>	Estratégia e administração	Descrição de políticas, diretrizes, estrutura corporativa e procedimentos para lidar com os aspectos dos direitos humanos e mecanismos de monitoramento e resultados; consideração sobre a análise dos impactos diretos sobre o ser humano no processo de tomada de decisão; descrição de políticas e procedimentos para avaliar e abordar o desempenho em direitos humanos dentro da cadeia de fornecedores e contratados, incluindo sistemas e resultados de monitoramento; e treinamento de empregados em políticas e práticas de direitos humanos.
	Não discriminação Liberdade de associação e negociação coletiva	Programas que previnam todas as formas de discriminação; apresentação dos sistemas de monitoramento e seus resultados; e descrição da política de liberdade de associação e a extensão pela qual essa política é universalmente aplicada, independente das leis locais, bem com descrição de procedimentos ou programas para tratar do assunto.
	Trabalho infantil	Descrição de políticas que excluam o trabalho infantil e o trabalho forçado e compulsório, e a descrição de programas para tratar o assunto, incluindo trabalho forçado sistemas de monitoramento e seus resultados.
	Trabalho forçado	
	Práticas de disciplina	Processos judiciais, incluindo questões relativas aos Direitos Humanos; e políticas de não retaliação e sistema efetivo e confidencial de recebimentos das reclamações e queixas dos funcionários.
	Práticas de segurança	Treinamento em Direitos Humanos para segurança dos funcionários
	Direitos indígenas	Políticas, diretrizes e procedimentos para tratar das necessidades indígenas; mecanismos para atendimento de queixas e reclamações de comunidades indígenas; e percentual da receita operacional distribuída para comunidades indígenas locais.
<b>Sociedade</b>	Comunidade	Gerenciamento dos impactos sobre as comunidades que vivem em áreas afetadas pelas atividades da empresa; e prêmios recebidos que sejam relevantes para o desempenho social, ético e ambiental.
	Suborno e corrupção	Políticas, procedimentos, sistemas gerenciais e mecanismos de conformidade para a empresa e empregados com relação a suborno e corrupção.
	Contribuições políticas	Políticas, procedimentos, sistemas gerenciais e mecanismos de conformidade para a administração de <i>lobbies</i> e contribuições políticas; e quantia paga a partidos políticos e instituições cuja principal função consiste em financiar partidos políticos ou seus candidatos.
	Competições e preços	Decisões legais com respeito a casos referentes à legislação antitruste e de regulamentação de monopólios; e políticas, procedimentos, sistemas gerenciais e mecanismos de conformidade para prevenção de práticas de concorrência desleal.

<b>Responsabilidade como o produto</b>	Saúde e segurança do consumidor	Políticas para preservar a saúde e segurança do consumidor durante o uso de produto e serviço; número e tipo de não conformidade com a legislação referente à saúde e segurança do consumidor, incluindo penalidade e multas por essas violações; número de reclamações aos órgãos regulatórios para garantir a segurança e saúde no uso dos produtos e serviços; e prêmios de responsabilidade social/ambiental recebido pela empresa e/ou selos de órgãos ou instituições atestando a qualidade do produto ou serviço.
--	---------------------------------	--

**Quadro 1. Dimensões econômica, ambiental e social do GRI**

Fonte: Souza (2006. p. 100-103)

Nas diretrizes do GRI (G3) os indicadores estão organizados nas categorias econômica, social e ambiental. Na categoria econômica apresentam-se 07 indicadores essenciais e 02 indicadores adicionais que exibem valores econômicos, presença no mercado, impactos econômicos diretos e indiretos entre outros. Na categoria ambiental são apontados 18 indicadores essenciais e 13 adicionais englobando aspectos materiais, de energia, água, emissão de afluentes, biodiversidade, produtos e serviços e diversos outros. Na categoria social tem-se uma abordagem de 25 indicadores essenciais e 14 adicionais que abrangem temas como práticas trabalhistas, direitos humanos, responsabilidade pelo produto, trabalho infantil, segurança, investimento, compras e vários outros, conforme demonstrado Quadro 2.

Categorias		Aspectos	Indicadores
			Essenciais
Econômica		Desempenho econômico	EC1, EC2, EC3, EC4
		Presença de mercado	EC6, ECT
		Impactos econômicos indiretos	EC8
Ambiental		Materiais	EN1, EN2
		Energia	EN3, EN4
		Água	EN8
		Biodiversidade	EN11, EN12
		Emissões, efluentes e resíduos	EN16, EN17, EN19, EN20, EN21, EN22, EN23
		Produtos e serviços	EN26, EN27
		Conformidade	EN28
		Transporte	N/A
		Geral	N/A
	Social	Práticas trabalhistas	Emprego
Relação entre os trabalhadores e a governança			LA1, LA2
Saúde e segurança no trabalho			LA7, LA8
Treinamento e educação			LA10
Diversidade e igualdade de oportunidades			LA13, LA14
Direitos Humanos		Práticas de investimentos e de processo de compras	HR1, HR2
		Não discriminação	HR4
		Liberdade de associação e negociação coletiva	HR5
		Trabalho infantil	HR6
		Trabalho forçado ou análogo ao escravo	HR7
		Práticas de segurança	N/A
		Direitos indígenas	N/A
		Comunidade	SO1
Sociedade		Corrupção	SO2, SO3, SO4
		Políticas públicas	SO5
		Concorrência desleal	N/A
		Conformidade	SO8
Responsabilidade pelo produto		Saúde e segurança do cliente	PR1
		Rotulagem de produtos e serviços	PR1
		Comunicações de marketing	PR1

	Conformidade	N/A
	Compliance	N/A

**Quadro 2 – Categorias, aspectos e indicadores essenciais do GRI**

Fonte: Adaptado de GRI (2006a, 2000-2006), e Pereira e Silva (2008)

A GRI informa aos usuários o procedimento para declarar a utilização de seus princípios e diretrizes de acordo com seus níveis de aplicação em que para indicar que um relatório é baseado na GRI. Os relatores devem declarar o nível em que aplicaram a Estrutura de Relatórios da GRI por meio do sistema de “Níveis de Aplicação”.

Para que um relatório seja reconhecido como baseado na GRI, exige-se a autodeclaração de um nível. Os relatores podem optar por obter pareceres de terceiros ou da Secretaria da GRI sobre a exatidão de sua autodeclaração. Os níveis com um ponto a mais (+) (C+, B+, A+) só podem ser declarados se tiver sido realizada a verificação externa do relatório (...). Os indicadores da vertente ambiental referem-se aos impactos da organização sobre o meio ambiente, incluindo os ecossistemas (GRI, 2006a, p.27). Eles englobam o desempenho relacionado a insumos e à produção, além daquele relativo à biodiversidade, à conformidade ambiental e outras informações, como por exemplo, gastos com meio ambiente (GRI, 2006a). Dos trinta indicadores ambientais, dezessete são essenciais. Eles estão segregados nos aspectos: (1) materiais; (2) energia; (3) água; (4) biodiversidade; (5) emissões, efluentes e resíduos; (6) produtos e serviços; e, (7) conformidade, conforme demonstrado no Quadro 2.

### 3 PROCEDER METODOLÓGICO

Quanto à metodologia deste estudo, a tipologia é exploratória. Para Cervo e Bervian (1983), a pesquisa exploratória não requer elaboração de hipóteses a serem testadas no trabalho, ficando restrita a definição dos objetivos e a descrição da situação e a relação existente entre seus componentes. Para Alves (2007), a pesquisa exploratória objetiva tornar o problema mais explícito e aprofundar as ideias sobre o objeto de estudo. Um exemplo dessa pesquisa pode ser o estudo de caso, que é um estudo de um ou de poucos objetos com a finalidade de se obter o máximo de informação possível.

Quanto ao objeto de estudo, trata-se de uma pesquisa documental e multicaso. Para Cervo e Bervian (1983), Silva (2003) e Alves (2007), na pesquisa documental são investigados documentos com o propósito de comparar usos e costumes, tendências, diferenças entre outras características que permitam estudar tanto a realidade presente como o passado como uma pesquisa histórica. Mattar (2008) recomenda filtrar a informações extraídas da internet tendo como critério de avaliação a reputação da instituição. A amostra da população das empresas para este estudo foi tomada tendo como base o site da BM&FBOVESPA, classificada como fonte documental secundária, sendo utilizada a partir da evidenciação dos relatórios de sustentabilidade de cada empresa.

Alguns pontos da pesquisa documental adotada neste estudo devem ser considerados: os documentos constituem fonte rica e estável de dados e, como subsistem ao longo do tempo, tornam-se a mais importante fonte de dados em qualquer pesquisa histórica; custo baixo, se comparado com outras pesquisas e não exige contato com os sujeitos da pesquisa (GIL, 1996). Nesta pesquisa, o método de abordagem utilizado foi o dedutivo que, conforme expõe Andrade (2009), é composto por seqüências que encadeiam um raciocínio e levam a uma conclusão; partindo de teorias gerais que poder chegar à determinação de fenômenos.

A população da pesquisa consistiu no conjunto de empresas listadas por setor da BM&FBOVESPA no ano de 2013. Para a classificação setorial estruturada pela BMF&BOVESPA, consideram-se, principalmente, os tipos e os usos dos produtos ou serviços desenvolvidos pelas empresas, com os seguintes propósitos: fornecer uma identificação mais objetiva dos setores de atuação das empresas, já a partir do primeiro nível

da estrutura; permitir uma visão sobre empresas que, embora com atividades diferentes, atuem em estágios similares da cadeia produtiva ou com produtos/serviços relacionados e tendam a responder de forma semelhante às condições econômicas; facilitar a localização dos setores de atuação das empresas negociadas; e aproximar-se de critérios utilizados pelo mercado financeiro nacional e internacional.

Para a classificação das empresas, a BMF&BOVESPA prioriza as análises dos produtos ou serviços que mais contribuem para a formação das receitas das companhias, considerando-se, ainda, as receitas geradas no âmbito de empresas investidas de forma proporcional às participações acionárias detidas. No caso de companhias de participação, foi considerada a contribuição de cada setor na formação das receitas consolidadas. Entretanto, se algum setor representou participação maior ou igual a dois terços das receitas, a empresa de participação foi classificada nesse setor; caso contrário, a empresa de participação foi classificada como *holding* diversificada.

A estrutura setorial e a classificação das empresas negociadas são objetos de revisões periódicas. No caso de haver alterações nos produtos ou serviços com maior contribuição para a formação das receitas, avaliamos se essas alterações se mantêm ao longo do tempo ou constituem-se numa tendência, antes que seja feita a reclassificação setorial da empresa conforme (BM&FBOVESPA, 2013). Delimita-se para esta pesquisa os setores de petróleo, gás e biocombustível e de utilidade pública.

Optou-se pela utilização de uma amostra não probabilística e com isso, a pesquisa foi direcionada para as empresas de dois setores brasileiros petróleo, gás e biocombustível e utilidade pública. Para o setor de petróleo, gás e biocombustível foram analisados o segmento de equipamentos e serviços e de exploração e/ou refino; e para o setor de utilidade pública, os segmentos energia e gás. Em seguida, no site de cada empresa se obteve os relatórios de sustentabilidade, segundo os padrões G3, onde constava o sumário de índice remissivo dos Indicadores do GRI das empresas listadas nos dois setores brasileiros atualizados em 13 de abril de 2013 (BM&FBOVESPA, 2013). O acesso aos relatórios foi por meio da internet, com a consulta nas *home pages* das empresas apresentadas a seguir:

<b>SETORES DE ATUAÇÃO</b>			
<b>Petróleo, Gás e Biocombustível</b>			
Segmentos	Equipamentos e Serviços	OSX Brasil S.A	
	Exploração e/ou Refino	HRT Participações em Petróleo S.A. OGX Petróleo e Gás Participações S.A. Pacific Rubiales Energy CORP <b>Petróleo Brasileiro S.A. PETROBRAS</b> QGEP Participações S.A Refinaria de Petróleos Manguinhos S.A.	
<b>SETORES DE ATUAÇÃO</b>			
<b>Utilidade Pública</b>			
	Água e Saneamento	CIA Catarinense de Águas e Saneam.-CASAN CIA Saneamento Básico Estado São Paulo CIA Saneamento de Minas Gerais-COPASA MG CIA Saneamento do Paraná - SANEPAR DALETH Participações S.A. Sanesalto Saneamento S.A.	
		Energia	
	521 Participações S.A. 524 Participações S.A. AES Elpa S.A. AES Sul Distrib Gaucha De Energia S.A. <b>AES Tiete S.A.</b> Afluente Geração de Energia Elétrica S.A.	CIA Celg de Participações - Celgpar CIA Eletricidade Est. da Bahia - Coelba CIA Energética de Brasília <b>CIA Energética de Minas Gerais - Cemig</b> CIA Energética de Pernambuco	<b>Eletropaulo Metrop. Elet. São Paulo S.A.</b> Emae - Empresa Metrop.Águas Energia S.A. Empresa Energ Mato Grosso Sul S.A.- Enersul



Afluentes Transmissão de Energia Elétrica S/A Alupar Investimentos S/A Ampla Energia e Serviços S.A. Andrade Gutierrez Concessões S.A. Baesa - Energética Barra Grande S.A. Bandeirante Energia S.A. Bonaire Participações S.A. Cachoeira Paulista Transmissora Energia S.A. Cemig Distribuição S.A. Cemig Geração e Transmissão S.Acentrais Elet Bras S.A. - Eletrobras. Centrais Elet de Santa Catarina S.A. Centrais Elet Matogrossenses S.A.- Cemat Cesp - CIA Energética de São Paulo CIA Brasileira de Energia	- Celpe CIA Energética do Ceará - Coelce CIA Energética do Maranhão - Cemar CIA Energética do Rio Gde Norte -Cosern CIA Estadual de Distrib Ener Elet-Ceee-D CIA Estadual Ger.Trans.Ener.Elet-Ceee-Gt CIA Paranaense de Energia - Copel CIA Paulista de Força e Luz CIA Piratininga de Força e Luz Cpfl Energia S.A. Cpfl Geração de Energia S.A. Cteep - Cia Transmissão Energia Elétrica Paulista Desenvix Energias Renováveis S.A. Duke Energy Int. Ger. Parapanema S.A. Edp - Energias do Brasil S.A. Elektro - Eletricidade e Serviços S.A. Eletrobrás Participações S.A. - Eletropar	Energisa S.A. Equatorial Energia S.A. Espírito Santo Centr.Eletr. S.A.- Escelsa Forpart S.A. Gtd Participações S.A. Investco S.A. Itapebi Geração de Energia S.A. Light S.A. Light Serviços de Eletricidade S.A. Mpx Energia S.A. Neoenergia S.A. Produtores Energet.De Manso S.A.- Proman Rede Energia S.A. Redentor Energia S.A. Renova Energia S.A. Rio Grande Energia S.A. Termopernambuco S.A. Tractebel Energia S.A. Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. Uptick Participações S.A.
Gás	CIA Distrib de Gás do Rio de Janeiro-CEG <b>CIA Gás de São Paulo - COMGAS</b>	

**Quadro 2. Setores de atuação e as empresas listadas que fazem parte da população nesta pesquisa**

Fonte: (BM&FBOVESPA, 2013)

Nota: O destaque na cor cinza refere-se às empresas que fazem parte da amostra neste estudo.

Após a análise documental de cada empresa elencada no Quadro 2, foi considerada a informação fornecida no sumário do GRI. Assim, analisou-se a página correspondente a determinado indicador, pois um dos quesitos relativos a conformidade da utilização deste relatório é a adequada elaboração do sumário. Uma busca pelas informações no texto de cada relatório poderia tornar a pesquisa imprecisa, devido a quantidade e extensão dos relatórios. As diretrizes para a classificação das informações são apresentadas a seguir no Quadro 3:

<b>Categoria</b>	<b>Sigla</b>	<b>Classificação</b>
<b>APRESENTADOS</b>	<b>APL</b>	Aderência Plena <sup>1</sup>
	<b>AP</b>	Aderência Parcial <sup>2</sup>
	<b>D</b>	Dúbio <sup>3</sup>
	<b>I</b>	Inconsistente <sup>4</sup>
<b>NÃO APRESENTADOS</b>	<b>ND</b>	Não Disponível <sup>5</sup>
	<b>NA</b>	Não Aplicável <sup>6</sup>
	<b>OJ</b>	Omitido com Justificativa <sup>7</sup>
	<b>O</b>	Omitido <sup>8</sup>

**Quadro 3. Diretrizes para classificação das informações**

Fonte: Adaptado de Dias (2006) e Carvalho (2007)

Notas: <sup>1</sup>quando todos os dados requeridos no protocolo do indicador essencial da G3 foram devidamente fornecidos pela organização; <sup>2</sup> quando apenas parte dos dados requeridos no protocolo do indicador essencial da G3 foram apresentados pela organização; <sup>3</sup> quando as informações fornecidas não são suficientes para o usuário avaliar se a aderência é plena ou parcial; <sup>4</sup> quando as informações fornecidas pela organização diferem daquelas requeridas no protocolo do indicador essencial da G3; <sup>5</sup> quando a organização reconhece que a informação requerida é pertinente às suas atividades, porém esta ainda não tem condição de fornecê-la; <sup>6</sup> quando a organização reconhece que os dados requeridos pelo indicador não são pertinentes às suas atividades ou ao setor em que ela atua; <sup>7</sup> quando a organização omite a informação requerida pelo protocolo do indicador essencial da G3, por sua decisão, porém apresentando uma justificativa para tal omissão; e <sup>8</sup> quando a organização omite a informação requerida pelo protocolo do indicador essencial da G3, por sua decisão, porém apresentando uma justificativa para tal omissão.

O viés para potencialização de resultados positivos está relacionado com a qualidade do relatório por meio do destaque das informações positivas e da omissão de alguma outra informação – normalmente as informações omitidas depõem contra a imagem da empresa. Também por meio de atenuante fornecido à informação – quando algo de ruim aconteceu à sociedade ou ao meio ambiente em virtude das atividades operacionais da empresa e a mesma tenta passar a impressão de que o fato não foi “tão ruim como parece”; e por meio do uso de viés positivo – que ocorre quando de uma informação que reflete algo de maléfico ou prejudicial cometido pela empresa a mesma tenta extrair algum benefício proveniente disto, dando a impressão de que foi bom que tal fato ruim ocorresse (SIQUEIRA, 2003; SIQUEIRA; VIDAL, 2003). Este viés foi percebido tanto em pesquisas internacionais como as de Deegan, Rankin e Tobin (2002, p. 312) e Hackston e Milne (1996, p. 77) quanto em pesquisas nacionais, como a de Dias e Siqueira (2005, p. 14).

Em seguida foi aplicado o cálculo dos Graus de Aderência Plena dos Indicadores Essenciais (GAPIE) e de Evidenciação Efetiva (GEE). Para o GAPIE foi verificado o quanto que as empresas estão respeitando as determinações estabelecidas pelo GRI. Por outro lado no GEE foi verificado o nível de informação que a empresa está efetivamente oferecendo aos seus usuários em comparação a todo o potencial. Para tanto, a partir dos estudos de Dias (2006) e Carvalho (2007) são demonstrados os cálculos para os graus (GAPIE/GEE), aplicados separadamente, mediante a utilização das seguintes fórmulas expressas a seguir:

$$GAPIE = \frac{Total\ dos\ indicadores\ com\ APL + Total\ dos\ Indicadores\ OJ}{Total\ dos\ Indicadores\ Essenciais - Totais\ dos\ Indicadores\ NA} \quad (1)$$

$$GEE = \frac{Total\ dos\ indicadores\ com\ APL}{Total\ dos\ Indicadores\ Essenciais - Totais\ dos\ Indicadores\ NA}, \quad (2)$$

onde, APL = Aderência Plena, OJ = Omitidos com Justificativa e NA = Não Aplicáveis.

Este procedimento não foi possível de ser realizado no relatório das organizações demonstradas no Quadro 2, indicado pelas empresas que não receberam destaques na cor cinza, dado o fato de que nos relatórios destas empresas não foram publicadas as diretrizes do GRI, inviabilizando sua análise.

A amostra para este estudo (vide Quadro 2 para maiores esclarecimento) se deu pelo critério dos indicadores essenciais, por terem maior relevância e aplicabilidade sobre a empresa, ao contrário dos indicadores adicionais, que são complementares, podendo ou não ser aplicados e informados, o que poderia vir a prejudicar a comparabilidade entre as empresas, no ano de 2011. Optou-se pelo ano de 2011 devido ser o ano mais atual evidenciado no relatório de sustentabilidade pela maioria das empresas listadas na BM&FBOVESPA nos dois setores viabilizando a comparabilidade da amostra selecionada.

No setor Petróleo, Gás e Biocombustível, o segmento Exploração e/ou Refino a Petróleo Brasileiro S.A, Petrobras, compõe a análise. Por outro lado, o setor de utilidade pública, no segmento energia, composto por 18 empresas, evidenciaram em seus relatórios conformidade com as diretrizes do GRI. Por conseguinte, em atenção a delimitação para a escolha do ano de 2011, devido ser o ano mais atual evidenciado no relatório de sustentabilidade pela maioria das empresas listadas na BM&FBOVESPA, contemplam a análise para o segmento energia, 08 empresas, que se enquadram no padrão para análise (vide Quadro 2). Nestas condições o segmento Gás, identifica-se para a amostra deste estudo a Companhia Gás de São Paulo, Comgás. Em relação ao segmento Água e Saneamento, não contemplam a amostra, devido não evidenciar informações fornecidas no sumário do GRI, inviabilizando a análise.

Lembrando que, no caso do GAPIE, o total de respostas OJ foi somado ao total de indicadores com APL porque a GRI permite essa opção. Além disso, o total de indicadores NA foram subtraídos do total dos indicadores essenciais para não prejudicar o resultado da

empresa em função de um indicador que não se aplica às suas atividades. Também não foram considerados nos cálculos aqueles indicadores classificados como com Aderência Parcial (AP), uma vez que seria muito subjetivo indicar o quanto da informação requerida foi realmente fornecido pela organização, e aqueles classificados como Dúbios (D) ou Inconsistentes (I), porque, no primeiro caso, não existe a certeza se a informação requerida foi realmente fornecida e, no segundo caso, elas não foram efetivamente apresentadas (CASTRO; SIQUEIRA; MACEDO, 2009).

Para a classificação dos resultados em alto, médio ou baixo, tomou-se como base os critérios referentes à apresentação dos indicadores, requeridos para a classificação nos três Níveis de Aplicação sugeridos pela GRI (A, B e C), conforme apresentado no Quadro 4.

Faixa	Classificação
0% — 25%	Baixo
25% — 62%	Médio
62% — 100%	Alto

**Quadro 4. Níveis de Classificação do GAPIE e do GEE**

Fonte: Adaptado de Castro (2009).

Desta forma, a classificada para a empresa analisada com **alto grau**, deve apresentar seu resultado acima de 62%. Isso porque, para ser classificado como nível de aplicação A, deve ser respondidos, de um total 79 indicadores, pelo menos os 49 indicadores essenciais, o que equivale a uma proporção de, aproximadamente, 62%. Da mesma forma, considerando que uma empresa para ser classificada como nível de aplicação B, deve responder a pelo menos 20 indicadores do total de 79, o equivalente a aproximadamente 25%, a organização que apresentar um resultado entre 25% e 62% será classificada como de grau **médio**. Consequentemente, aquela que exibir um resultado inferior a 25%, será classificada como de grau **baixo** (CASTRO, 2009).

#### 4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

O Quadro 5 retrata os resultados aplicados nas análises dois setores brasileiros Petróleo, Gás e Biocombustível e Utilidade Pública, relativas a cada indiciador essencial apresentados no Quadro 2. Valendo-se da metodologia para este estudo, o Quadro 5 apresenta os resultados gerais dos GAPIEs e GEEs demonstrados na análise por setor relativa as 10 organizações integrantes da amostra (vide seção 3 para maiores esclarecimento acerca da metodologia).

SETOR DE ATUAÇÃO PETRÓLEO, GÁS E BIOCOMBUSTÍVEL									
Grau de Aderência Plena (GAPIE)									
Segmento de Exploração e/ou Refino (%)									
Organizações	IE	IA	IS	IDH	ISDE	IRCP	Total	NA	C
PETROBRAS	100	76,41	100	100	90	100	87,75	A+	Alta
Grau Evidenciação Efetiva (GEE)									
Segmento de Exploração e/ou Refino (%)									
Organizações	IE	IA	IS	IDH	ISDE	IRCP	Total	NA	C
PETROBRAS	100	76,47	100	100	90	100	87,75	A+	Alta
SETOR DE ATUAÇÃO UTILIDADE PÚBLICA									
Grau de Aderência Plena (GAPIE)									
Segmento de Energia (%)									
Organizações	IE	IA	IS	IDH	ISDE	IRCP	Total	NA	C
AES TIETE S.A	50	47,05	44,44	66,66	33,33	0,00	42,85	B+	Médio
CESP	100	50	100	100	83,33	100	81,81	A+	Alta
CEMIG	85,71	100	100	83,33	100	100	95,83	A+	Alta
CELPE	100	17,64	67	67	83,33	100	59,18	B+	Médio
COPEL	71,42	59,94	88,88	66,66	100	66,66	65,69	A+	Alta
ELETROPAULO	50	47,05	33,33	66,66	50	0,00	42,85	B+	Médio
TRACTEBEL	28,57	5,88	0,00	50	50	25	19,14	C+	Baixo

ELEKTRO	71	64,70	77,77	66,66	33,33	75	57,14	B+	Médio
<b>Grau Evidenciação Efetiva (GEE)</b> Segmento de Energia (%)									
<b>Organizações</b>	<b>IE</b>	<b>IA</b>	<b>IS</b>	<b>IDH</b>	<b>ISDE</b>	<b>IRCP</b>	<b>Total</b>	<b>NA</b>	<b>C</b>
AES TIETE S.A	50	47,05	44,44	66,66	33,33	0,00	42,85	B+	Médio
CESP	100	43,75	100	100	66,66	50	77,27	A+	Alta
CEMIG	85,71	94	100	83,33	83	75	89,58	A+	Alta
CELPE	100	17,64	67	67	83,33	100	77,27	A+	Alta
COPEL	71,42	52,94	77,77	66,66	100	66,66	63,82	A+	Alta
ELETROPAULO	50	47,05	33,33	66,66	50	0,00	42,84	B+	Médio
TRACTEBEL	28,57	5,88	0,00	50	50	25	19,14	C+	Baixo
ELEKTRO	71	64,70	77,77	66,66	33,33	75	57,14	B+	Médio
<b>Grau de Aderência Plena (GAPIE)</b> Segmento de Gás (%)									
<b>Organizações</b>	<b>IE</b>	<b>IA</b>	<b>IS</b>	<b>IDH</b>	<b>ISDE</b>	<b>IRCP</b>	<b>Total</b>	<b>NA</b>	<b>C</b>
COMGÁS	87,71	62,50	55,55	100	100	100	81,25	A+	Alto
<b>Grau Evidenciação Efetiva (GEE)</b> Segmento de Gás (%)									
<b>Organizações</b>	<b>IE</b>	<b>IA</b>	<b>IS</b>	<b>IDH</b>	<b>ISDE</b>	<b>IRCP</b>	<b>Total</b>	<b>NA</b>	<b>C</b>
COMGÁS	85,71	68,75	55,55	100	100	100	79,16	A+	Alto

**Quadro 5. Análise dos indicadores essenciais dos setores de atuação petróleo, gás e biocombustível e de utilidade pública**

Fonte: Elaborado pelos autores

Nota: Legenda para as dimensões dos indicadores que Econômico (E), Ambiental (A), Social (S), Direitos Humanos (DH), Sociedade (SDE) e Responsabilidade com o produto (RCP). Seguida do Nível de Aplicação (NA), para a Classificação (C) e por fim os Graus de Aderência Plena dos Indicadores Essenciais (GRAPIE) de Evidenciação Efetiva (GEE).

Vê-se no Quadro 5 que o GAPIE da Petrobrás foi de 87,75% no setor petróleo, gás e biocombustível,. No setor de utilidade pública temos os seguintes GAPIEs: Cemig 95,83%, Cesp 81,81%, Comgás 81,25%, Copel 65,69%, Celpe 59,18%, Elektro 57,14%, Tietê e Eletropaulo 42,85% e Tractebel 19,14%.

Em relação ao setor petróleo, gás e biocombustível, o GEE da Petrobrás analisado apresenta-se em 87,75%. No setor de utilidade pública apresenta-se: Cemig 89,58%, Comgás 79,16%, Cesp e Celpe 77,27% , Copel 63,85%, Elektro 57,14%, Tietê 42,85%, Eletropaulo 42,84% e Tractebel 19,14%.

Vê-se no Quadro 5 que em apenas 1 organização, Tractebel, os seus valores obtidos pelos indicadores essenciais padrão GRI (G3) ficou com o menor nível de aplicação C+, revelando que a organização analisada apresenta-se no resultado na faixa de intervalo entre 0% e 25%, classificada, assim, como grau baixo. Ainda 5 organizações com GAPIEs e 6 organizações com GEEs, os seus valores obtidos pelos indicadores essenciais ficaram com maiores níveis de aplicações, A+, revelando que as organizações apresentaram os resultados na faixa de intervalo entre 62% e 100%, classificadas com grau maior, devido a estas organizações responderem, do total dos 79 indicadores, pelo menos os 49 indicadores essenciais no padrão GRI (G3). Nas demais organizações com GAPIE, Celpe, Elektro, Tietê, Eletropaulo e Tractebel, e nas com GEE, Elektro, Tietê e Eletropaulo, apresentaram os resultados na faixa de intervalo entre 25% e 62%, classificada como grau médio, com nível de aplicação, B+.

Na maior parte das organizações dos dois setores brasileiros, a dimensão ambiental apresenta o menor indicador, devido ao pouco desempenho ambiental referentes aos impactos destas organizações sobre sistemas naturais vivos e não vivos, como terra, ar e água, como também o desempenho referentes a insumos e a produção, relacionados aos aspectos: materiais, energia, água, biodiversidade, emissões, efluentes e resíduos, produtos e serviços, conformidade, transportes e geral. Verificaram-se poucos comentários a respeito desse indicador nas páginas informadas para avaliar o que apresentado atende as diretrizes do GRI (G3).

Ainda no Quadro 5 são apresentados os resultados obtidos em que apenas 03 organizações, Tietê, Eletropaulo e Tractebel do segmento energia do setor de utilidade pública, tanto para os GAPIEs com para os GEEs, a dimensão social, relativa aos indicadores social e responsabilidade com o produto, demonstraram o valor de 0%, devido a existência de omissões com justificativa. Nestas empresas, esse resultado sugere que o fato do GRI permitir a validade de omissões com justificativa pode alterar o entendimento do usuário referente à qualidade dos relatórios disponibilizados pelas empresas. A seguir encontra-se evidenciado nas Figuras 1 e 2 e de forma detalhada, no Quadro 6 o ranking das organizações por setor:

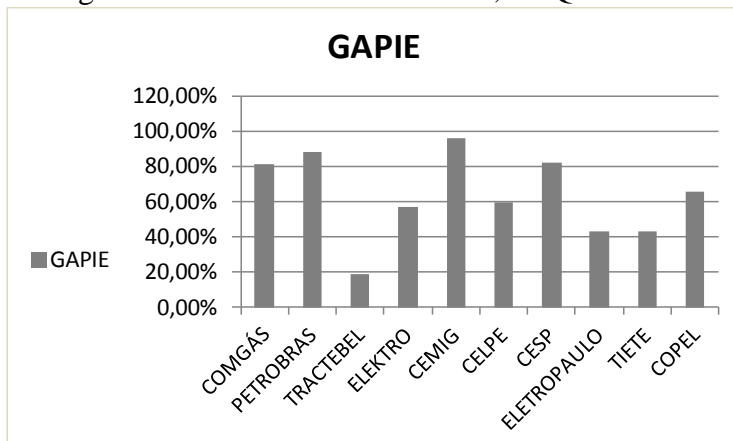


Figura 1. Ranking dos GAPIEs

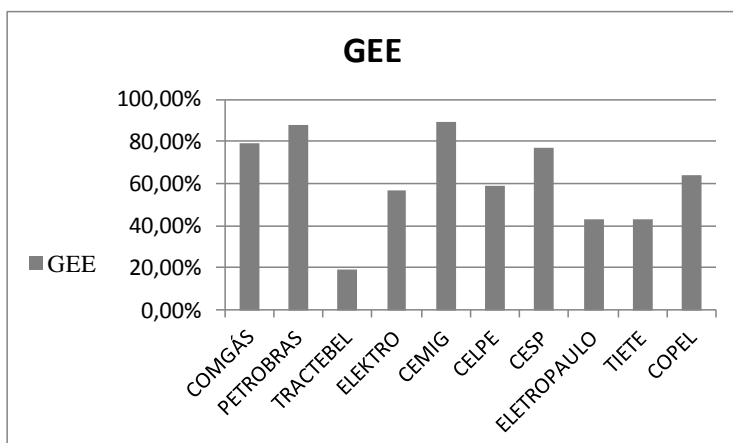


Figura 2. Ranking dos GEEs

Nas Figuras 1 e 2 demonstra-se de forma visual o ranking das organizações como os seus respectivos GAPIEs e GEEs, conforme as diretrizes do GRI (G3).

Ranking do Setor Petróleo, Gás e Biocombustível GAPIE				Ranking do Setor Petróleo, Gás e Biocombustível GEE			
Organizações		GAPIE	NA	Organizações		GEE	NA
1°	PETROBRAS	87,75%	A+	1°	PETROBRAS	85,75%	A+
Ranking do Setor de Utilidade Pública GAPIE				Ranking do Setor de Utilidade Pública GEE			
Organizações		GAPIE	NA	Organizações		GEE	NA
1°	CEMIG	95,83%	A+	1°	CEMIG	89,58%	A+
2°	CESP	81,81%	A+	2°	COMGÁS	79,16%	A+
3°	COMGÁS	81,25%	A+	3°	CESP	77,27%	A+
4°	COPEL	65,69	A+	4°	CELPE	77,27%	A+
5°	CELPE	59,18%	B+	5°	COPEL	63,85%	A+
6°	ELEKTRO	57,14%	B+	6°	ELEKTRO	57,14%	B+
7°	TIETÊ	42,85%	B+	7°	TIETÊ	42,85%	B+
8°	ELETROPAULO	42,85%	B+	8°	ELETROPAULO	42,84%	B+
9°	TRACTEBEL	19,14%	C+	9°	TRACTEBEL	19,14%	C+

Quadro 6. Resultado do ranking das organizações por setor

Fonte: Elaborado pelos autores

Vê-se no Quadro 6 o ranking das organizações que foram classificadas em ordem decrescente por setor, os maiores GAPIE e GEE do setor petróleo, gás e biocombustível foi da Petrobrás 87,75%.

No setor de utilidade pública lidera o ranking com maior GAPIE, a Cesp 95,83% e com menor GAPIE a Tractebel 19,14%. Vê-se ainda no Quadro 6 o ranking no setor de utilidade pública: com maior GEE, a Cemig 89,58% e com o menor GEE, a Tractebel 19,14%. A Tractebel coloca-se em 9º lugar, devido esta empresa do setor de energia, demonstrar uma menor quantidade de informações efetivas em relação ao potencial total de informação do modelo GRI.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo verificou o GAPIE e o GEE, do setor de petróleo, gás e biocombustível brasileiro, por intermédio dos relatórios de sustentabilidade, elaborados pela versão G3 das Diretrizes do GRI, a fim de identificar a divulgação das informações do desempenho de natureza *Triple Bottom Line*, que segundo Moneva, Archel e Correa (2006) essas informações merecem atenção especial na discussão corporativa, constituindo-se em um dos instrumentos mais importantes dos quais os gestores dispõem para comunicar-se com o mercado em geral e os investidores, constatando-se nesse estudo:

- A Tractebel, os seus valores obtidos pelos indicadores essenciais padrão GRI (G3) ficou com o menor nível de aplicação C+, revelando que a organização analisada apresenta-se no resultado na faixa de intervalo entre 0% e 25%, classificada como grau baixo, revelando uma grande fragilidade nos relatórios desta empresa. Ainda 05 organizações com GAPIEs e 06 organizações com GEEs, os seus valores respectivamente obtidos pelos indicadores essenciais ficaram com maiores níveis de aplicações, A+, revelando-se que as organizações apresentaram os resultados na faixa de intervalo entre 62% e 100%, classificadas com grau de aderência plena e maior grau de evidenciação efetiva, devido estas organizações responderem, do total dos 79 indicadores, pelo menos os 49 indicadores essenciais no padrão GRI (G3). As demais organizações com GAPIE, Celpe, Elektro, Tietê, Eletropaulo e Tractebel, e as com GEE, Elektro, Tietê e Eletropaulo, apresentaram os resultados na faixa de intervalo entre 25% e 62%, classificada como grau médio, com nível de aplicação, B+ revelando menor fragilidade nos seus relatórios;
- Nas organizações, Tietê, Eletropaulo e Tractebel do segmento energia do setor de utilidade pública, tanto para os GAPIEs como para os GEEs, a dimensão social, relativa aos indicadores social e responsabilidade com o produto, demonstraram o valor 0%, devido à existência de omissões com justificativa nestas empresas. Este resultado sugere que, o fato do GRI permitir a validade de omissões com justificativa, pode alterar o entendimento do usuário referente à qualidade dos relatórios disponibilizados pelas empresas; e
- No ranking do setor petróleo, gás e biocombustível, a Petrobrás 87,75% obtendo os maiores GAPIE e GEE, demonstrando que do total dos indicadores essenciais analisados, a Petrobrás enquadra-se como o nível alto de APL. A utilização das informações para o usuário constitui em cumprir os dados e as diretrizes requeridas para os indicadores essenciais do GRI (G3), evidenciando devidamente as informações pela empresa estudada. No setor de utilidade pública lidera o ranking com maior GAPIE, a Cemig 95,83% e menor GAPIE, a Tractebel 19,14%. No setor de utilidade pública com maior GEE, a Cemig 95,83% e menor GEE, a Tractebel 19,14%. A Tractebel resultou no 9º lugar do ranking, devido esta empresa do setor de energia

demonstrar uma menor quantidade de informações efetivas, em relação ao potencial total de informação do modelo GRI.

Na maior parte das organizações dos dois setores brasileiros, a dimensão ambiental apresenta o menor indicador, devido ao pouco desempenho ambiental referente aos impactos destas organizações sobre sistemas naturais vivos e não vivos, como terra, ar e água, como também o desempenho referente a insumos e a produção, relacionados aos aspectos: materiais, energia, água, biodiversidade, emissões, efluentes e resíduos, produtos e serviços, conformidade, transportes e geral. Verificou-se poucos comentários a respeito desse indicador nas páginas informadas para avaliar o que apresentado atende as diretrizes do GRI (G3).

O artigo chegou aos mesmos resultados de Carvalho (2007) e Castro, Siqueira e Macedo (2009), que demonstraram que o fato de as empresas fazerem parte de um mesmo setor econômico, isso não faz com que elas estejam em um nível semelhante de aderência aos indicadores do GRI. Ainda se observa que, apesar do esforço postulado pelo GRI em desenvolver um modelo de qualidade, mais consistente e completo de relatório de sustentabilidade, a sua aplicabilidade nos setores petróleo, gás e biocombustível e utilidade pública brasileira ainda precisa ser aprimorado para que os diversos usuários possam ter acesso ao real nível de responsabilidade ambiental das organizações.

## REFERÊNCIAS

- ALVES, M. *Como Escrever Tese e Monografias*. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.
- ANDRADE, M. M. *Introdução à Metodologia do Trabalho Científico*. 9 ed. São Paulo: Atlas, 2009.
- BOLSA DE VALORES DE SÃO PAULO. *Empresas listadas*. Disponível em: <<http://www.bmfbovespa.com.br/cias-listadas/empresas-listadas/BuscaEmpresaListada.aspx?Idioma=pt-br>> Acesso em: 13 abr. 2013,
- BOLSA DE VALORES DE SÃO PAULO. Classificação Setorial das Empresas Listadas na BM&FBOVESPA. Disponível em: <<http://www.bmfbovespa.com.br/Cias-Listadas/consultas/classificacao-setorial.aspx?idioma=pt-br>> Acesso em: 13 abr. 2013
- CARVALHO, F. M. *Análise da Utilização dos Indicadores Essenciais da Global Reporting Initiative nos Relatórios Sociais em Empresas Latino-Americanas*. 2007. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) - Faculdade de Administração e Ciências Contábeis da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro 2007
- CASTRO, F. A. R.; SIQUEIRA, J. R. M.; MACEDO, M. A. S. *Indicadores ambientais essenciais: uma análise da sua utilização nos relatórios de sustentabilidade das empresas do Setor de energia elétrica sul americano, elaborados pela versão “G3” da Global Reporting Initiative*. In 1<sup>st</sup> SOUTH AMERICAN CONGRESS ON SOCIAL AND ENVIRONMENTAL ACCOUNTING RESEARCH – CSEAR 2009, Rio de Janeiro: UFRJ, 2009, Brasil.
- CERVO, A. L.; BERVIAN, A. *Metodologia científica: para uso dos estudantes universitários*. 3 ed. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1983.
- DEEGAN, C.; RANKIN, M.; TOBIN, J. An examination of the corporate social and environmental disclosures of BHP from 1983-1997: A test of legitimacy theory. *Accounting Auditing & Accountability Journal*. Journal Bradford, 15 (3), 312-343, 2002.
- DIAS, L. N. S. *Análise da Utilização dos Indicadores do Global Reporting Initiative nos Relatórios Sociais em Empresas Brasileiras*. 2006. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) - Faculdade de Administração e Ciências Contábeis da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.
- DIAS, L.N.S.; SIQUEIRA, J. R. M. Os Indicadores Ambientais no Balanço Social da Petrobras. In: ENCONTRO NACIONAL SOBRE GESTÃO EMPRESARIAL E MEIO AMBIENTE, 8., 2005 Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro: Rio de Janeiro, 2005.



GASPARINO, M. F.. Análise de Relatórios de Sustentabilidade, com Ênfase na GRI: Comparação entre Empresas do Setor de Papel e Celulose dos Estados Unidos e Brasil. In: ENANPAD, XXX, 2006, Salvador/BA. Anais do XXX EnAnpad. Salvador/BA:2006, CD-ROM.

GEE, C.; SLATER, A. A. Developing next-generation GRI guidelines. *Corporate Responsibility Management*. London: 1 (5), 30-33, abr/mai. 2005.

GIL, A. C. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 3 ed. São Paulo: Atlas, 1996.

GLOBAL REPORTING INITIATIVE. (2000-2006). Sustainability Reporting Guidelines versão 3.0. 1996. Disponível em: <<https://www.globalreporting.org/resourcelibrary/G3-Sustainability-Reporting-Guidelines.pdf>> Acesso em: 23 abr. 2013

GLOBAL REPORTING INITIATIVE. *Níveis de Aplicação da GRI*. 2006a. Disponível em: <<http://www.globalreporting.org/NR/rdonlyres/0FF12693-CED7-4D07-847A-106BC7D4080C/0/ApplicationLevelsPRT.pdf>> Acesso em: 12 abr. 2013

HACKSTON, D.; MILNE, M. J. Some determinants of social and environmental disclosures in New Zealand companies. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*. Bradford, 9 (1), 77. 1996.

INSTITUTO ETHOS EMPRESAS E RESPONSABILIDADE SOCIAL. Introdução ao Balanço Social. 2007a. Disponível em: <[http://www.ethos.org.br/docs/conceitos\\_praticas/guia\\_relatorio/default.htm](http://www.ethos.org.br/docs/conceitos_praticas/guia_relatorio/default.htm)> Acesso em: 17 abr. 2013

INSTITUTO ETHOS EMPRESAS E RESPONSABILIDADE SOCIAL. Global Reporting Initiative. 2007c. Disponível em: <<http://www.ethos.org.br/DesktopDefault.aspx?TabID=4200&Alias=Ethos&Lang=pt-BR>>. Acesso em: 16 abr. 2013

LUCENA, S. L.; TRAVASSOS, S. K. M. Análise Comparativa dos Relatórios de Sustentabilidade do Global Reporting Initiative com ênfase nas empresas de capital aberto com atuação no Brasil. Veredas FAVIP. *Revista Eletrônica de Ciências*, 2 (1 e 2), 69-82, janeiro/dezembro, 2009.

MATTAR, J. *Metodologia científica na era da informática*. 3 ed. São Paulo: Saraiva, 2008.

MONEVA, J. M.; ARCHER, P.; CORREA, C.. *GRI and the Camouflaging of Corporate Unsustainability*. Accounting Forum, Florida, 30 (2), 121 -137. June. 2006

NASCIMENTO, V. M.; PEREIRA, V. L. D. V.; SILVA, S. L.; BELLEN, H. M. V. Análise da utilização dos indicadores essenciais da versão G3, do GRI, dos relatórios das empresas do setor bancário brasileiro. In: CONGRESSO USP DE CONTROLADORIA E CONTABILIDADE, 11., 2011, São Paulo. *Anais...* São Paulo: USP, 2011, 2011

PEREIRA, D. B.; SILVA, R. N. S. Análise da Utilização dos Indicadores Essenciais da GRI nos Relatórios de Sustentabilidade das Empresas Brasileiras. *Sociedade, Contabilidade e Gestão*, Rio de Janeiro, 3 (2), 76-87 julho/dezembro, 2008.

SILVA, A. C. R. S. *Metodologia da pesquisa aplicada á contabilidade: orientações de estudos, projetos, relatórios, monografias, dissertações, teses*. São Paulo: Atlas, 2003.

SIQUEIRA, J. R. M. *Mensuração e Avaliação do Impacto Social das Organizações: Uma Análise Crítica dos Balanços Sociais e Propostas para um Novo Modelo*. 2003. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2003.

SIQUEIRA, J. R. M.; VIDAL, M. C. R.. Balanços Sociais Brasileiros: Uma Análise de seu Estágio Atual. In: CONGRESSO USP DE CONTROLADORIA E CONTABILIDADE, 3., 2003, São Paulo. *Anais...* São Paulo: USP, 2003. Disponível em: <[http://www.eac.fea.usp.br/congressosp/congresso3/an\\_resumo.asp?cod\\_trabalho=166](http://www.eac.fea.usp.br/congressosp/congresso3/an_resumo.asp?cod_trabalho=166)>. Acesso em: 20 abr. 2013

VAZ, T. Comunicação com Consistência.. *Guia Exame 2006*, 26-27, dezembro, 2006.